

CONSTITUINTE

Comissão de Sistematização mantém a reserva de mercado

por Andrew Greenlees de Brasília

O tratamento do capital estrangeiro mereceu atenção especial ontem na Assembleia Nacional Constituinte. A Comissão de Sistematização — responsável pela montagem do texto constitucional — produziu um anteprojeto para os capítulos de ciência, tecnologia, família e educação, suprimindo a ausência do relatório final, resultado do impasse ideológico na comissão que tratou desses temas. O princípio da reserva de mercado interno, classificado de "patrimônio nacional", está mantido.

"O objetivo é garantir a autonomia tecnológica nacional", animava-se o relator da Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), membro da ala "progressista" na Constituinte. Ao seu lado, a relatora da sub-

comissão que analisou o mesmo tema, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), lembrava que a reserva será detalhada em lei ordinária e terá duração determinada. "Pode ser um ano como um século", sorria a deputada, conhecida por sua defesa do mercado nacional da informática.

A reunião de ontem da Sistematização marcou uma vitória para os dois relatores, que saíram do encontro com os principais pontos de seus relatórios reintroduzidos nos trabalhos constitucionais.

Ainda no capítulo do mercado interno, nos casos em que a tecnologia é "fator determinante de produção", somente serão consideradas empresas nacionais as que operarem de acordo com o chamado "controle tecnológico", ou seja, "o exercício, de direito e de fato, do poder para

desenvolver, gerar, adquirir, absorver, transferir e variar a tecnologia de produto e de processo de produção".

Essa definição de empresa nacional, salientou a deputada de Pernambuco, será fundamental na distribuição de incentivos e prioridade de compras por parte de órgãos ou entidades governamentais.

Cristina Tavares considerou "preocupantes" as recentes declarações do presidente José Sarney em favor da implantação de um sistema semelhante aos da Coreia do Sul e Taiwan. Ela não acredita, porém, que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), aceite comandar um movimento na Constituinte para derrubar a reserva de mercado. "O Sant'Anna foi expoente na aprovação da lei de informática", disse a deputada.

No setor de comunicações, ficou acertado que as concessões de canais de rádio e TV serão definidas pelo Poder Executivo, dependendo de posterior aprovação do Congresso Nacional. Ao analisar as concessões, o presidente da República deverá ouvir o Conselho Nacional de Comunicações, cuja estrutura será definida em lei. A criação desse órgão — apoiada pelos "progressistas" — foi ponto bastante polêmico nas comissões. Haverá apenas censura classificatória (idade e horário) para espetáculos de diversão como filmes e programas de TV.

Manteve-se também o número ilimitado de divorcios, a questão do aborto foi considerada "não constitucional" e confirmou-se a destinação de verbas públicas às escolas oficiais, salvo as comunitárias, filantrópicas e confessionais.

Empresários gaúchos montam campanha contra relatório da Ordem Social

por Betti Copetti de Porto Alegre

O lançamento de um "manifesto pela liberdade empresarial" e a definição de um ato público em que pretende reunir mais de 2 mil empresários, no dia 7 de julho, em Maio (RS), foi o resultado da reunião de 105 associações comerciais, industriais e rurais no Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), ontem, em Porto Alegre. Toda esta campanha tem como objetivo pressionar contra a aprovação, pela Assembleia Nacional Constituinte, das conquistas trabalhistas incluídas no relatório final da Comissão da Ordem Social.

O presidente do CIERGS, Luiz Carls Mandelli, afirma que a ação dos empresários vai dar-se em quatro frentes: ação individual junto aos parlamentares gaúchos; participação nas galerias do Congresso durante a votação; mobilização no dia 7 de julho; e manifestações regionais nos municípios de cada um dos constituintes eleitos pelo estado.

O manifesto dos empresários anuncia o início de "uma intensa e incessante mobilização objetivando que o texto constitucional preserve o princípio básico da liberdade de empreender e de contratar". E qualifica como "absurdas e detalhistas" as propostas que, no entender dos empresários, "resultariam em retrocesso da atividade econômica como um todo, e das relações de trabalho, em particular". Os empresários entendem que é preciso "dizer não com veemência às sugestões retrogradadas de estabilidade, jornada de trabalho de quarenta horas, direito irrisório de greve, entre outras". Para ser progressista e duradoura, a Constituição, diz o documento, deve "adequar seus preceitos ao princípio inalienável da liberdade econômica e social".

No ato marcado para o dia 7, os empresários gaúchos devem assinar uma proposta de emenda constitucional sobre estes temas. O CIERGS pretende apoiá-la com mais de 100 mil assinaturas. Na opinião do presidente do Centro das Indústrias de Pelotas, Erico Ribeiro, é preciso também "sensibilizar o governador

Pedro Simon de que o que interessa é eliminar a miséria, e só através do trabalho, do desenvolvimento econômico e da livre empresa se chegará lá".

Moacir Tormen, presidente do Sindicato da Indústria da Alimentação de Erechim, disse que os empregados não estão contra os patrões, mas "estão sendo conduzidos por quem tem interesse na luta de classes". Falou que os trabalhadores querem a garantia do emprego "para eles e seus filhos, e para isso a empresa deve continuar existindo".

Renan Proença, vice-presidente do CIERGS, destacou que, com a estabilidade, as empresas não terão condições de investir, de empregar e avaliar o que pode ser o futuro do País. "O capital não pode ser alienado do processo de desenvolvimento, e nós somos os homens que arriscamos o capital." Antônio Carlos Smidt, também vice-presidente do CIERGS, disse que o esforço deve ser no campo das idéias: "Precisamos mostrar que as esquerdas brasileiras estão defasadas no tempo em relação às esquerdas europeias. Precisamos esvaziar o inimigo, demonstrando o seu atraso".

Claudio Ryff Moreira, presidente da Associação dos Jovens Empresários, afirmou que não adianta estabilidade para o trabalhador, se a empresa perder a sua estabilidade, "que está diretamente ligada ao direito de contratar". Para ele, a estabilidade "vai diminuir a produtividade e a produção e inviabilizar o processo econômico, porque 90% das empresas do estado têm menos de dez empregados, onde o próprio empresário trabalha mais que seus empregados".

Para o presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul, José Zamprogna, "tudo o que está se criando agora só virá atrapalhar o desenvolvimento do Brasil. Precisamos de trabalho, de desenvolvimento, mais poupança e melhor emprego dos recursos públicos". Para ele, é necessário estudar algo que substitua a estabilidade, como um seguro-desemprego mais eficiente ou a participação nos lucros da empresa.

Objetivo é "impedir retrocesso"

por Francisca Stella Fagó de Brasília

As polêmicas já resolvidas pelos relatores da Comissão de Sistematização da Constituinte confirmam a intenção declarada pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o relator-geral, de "impedir retrocessos muito acentuados", especialmente na Ordem Econômica.

Os relatores chegaram ontem a uma fórmula de definição de empresa nacional que, sem ferir o texto aprovado na Comissão da Ordem Econômica, elimina margens para artifícios que poderiam eventualmente mascarar empresas estrangeiras. Decidiram também conciliar as regras excessivamente generosas com os direitos dos proprietários rurais aprovadas na Comissão da Ordem Econômica com pro-

postas das Comissões de Ordem Social e de Soberania, mais preocupadas com a função social da propriedade.

Também mecanismos de proteção à indústria nacional de informática serão incluídos na primeira versão de texto integral da nova Constituição.

Nesta etapa da Constituinte, a Comissão de Sistematização não tem poderes para introduzir inovações nos textos aprovados pelas comissões temáticas. Mas há pontos de conflito entre propostas aprovadas por diferentes comissões sobre o mesmo tema que precisam ser resolvidos. Ao eliminar os conflitos, os relatores têm chegado ao consenso na escolha das propostas que consideram mais avançadas.

Até ontem eles já se haviam definido pela adoção da censura classificatória, pelo sistema parlamentarista de governo tal como aprovado na Comissão de Organização dos Poderes e pela concessão de anistia ampla, geral e irrestrita aos punidos por motivação política desde 1946.

A disciplina sobre anistia acolhida no projeto integral, segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos quatro relatores da comissão, segue a proposta aprovada pela Comissão da Ordem Social, apresentada pelo deputado Almir Gabriel.

Jobim, 41 especialista em direito constitucional, professor da Universidade Federal de Santa Maria, ex-vice-presidente da Or-



Bernardo Cabral

circunstância de estarem domiciliadas no País.

A definição da Comissão da Ordem Econômica estabelecia que "será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, ou por entidade de direito público interno".

Uma empresa com a configuração da IBM ou da Esso, por exemplo, poderia perfeitamente ser considerada nacional e teria, em consequência, preferência no acesso a créditos públicos e nas concorrências públicas.

O jurista José Afonso da Silva, professor de direito constitucional da Universidade de São Paulo, que assessora o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, defende mais uma modificação da definição de empresa nacional. Ele considera fundamental caracterizar no texto constitucional que o controle deve pertencer a "brasileiros". A expressão "pessoas físicas domiciliadas no País", pondera, inclui estrangeiros.

Afonso da Silva, porém, admite a dificuldade de alterar o texto aprovado na Comissão da Ordem Econômica nesta etapa da Constituinte, em razão das limitações regimentais. Mas acredita que o texto poderá ser alterado no plenário, por emendas.

dem dos Advogados do Brasil, vale-se de sua familiaridade com os temas jurídicos para antever dificuldades a que dariam margem algumas das propostas aprovadas nas comissões temáticas. Exemplo típico seria a definição de empresa nacional aprovada pela Comissão da Ordem Econômica.

A definição aprovada pelos relatores da Comissão de Sistematização considera empresa nacional "a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno".

Em relação à proposta da Comissão da Ordem Econômica, a nova versão inclui a exigência de controle decisório e elimina a possibilidade de pessoas jurídicas serem consideradas nacionais pela simples

Pesquisa aponta o que pensam os empresários

por Rosemeiry Tardivo de Curitiba

Mandato de quatro anos para o presidente Sarney, adoção de sistema parlamentarista para o Brasil e "não" para a política de estabilidade no emprego. Essa a posição da maioria dos 215 empresários que participaram de uma pesquisa realizada, na semana passada, pela Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB), seção Paraná, e pela empresa de computação Sigma/Data-serv, durante almoço que reuniu oitocentos representantes da atividade produtiva com o governador do Paraná, Alvaro Dias. Dos participantes da pesquisa, 76% querem diretas para presidente em 1988 e 22% optam por eleições em 1989. O parlamento foi aprovado por 54% dos pesquisados mas 84 deles se colocaram contra esse sistema de governo. A pesquisa perguntou também sobre os possíveis candidatos à substituição do presidente Sarney. A resposta privilegiou políticos locais: os senadores José Richa

(22,78%) e Afonso Camargo (39%) foram os primeiros. O ex-ministro Dilsen Funaro (19,62%) e o empresário Antônio Ermirio de Moraes (15,82%) foram os outros indicados.

Os empresários afirmam que, se a estabilidade no emprego for aprovada na próxima Constituição, farão redução do quadro funcional nas suas empresas (50,55%) ou encerrarão suas atividades (18,68%). Um sistema de seleção de empregados mais rígido foi votado por 19 dos pesquisados e apenas 7,69% optaram por maior automação. Os empresários, no entanto, concordam com as 40 horas de trabalho semanais (44,16%) e a maioria esmagadora (73%) é a favor da participação dos empregados nos lucros das empresas. "Essas respostas nos mostram que os empresários têm consciência das concessões possíveis de ser feitas para que sobrevivam em suas atividades", comentou o presidente da ADVB-PR, empresário Odon Fortes Martins.

Deputado propõe sustar projeto de lei sindical

por Eliana Simonetti de Brasília

Está sendo elaborado na Câmara dos Deputados um projeto de decisão para ser votado pelos parlamentares, sobrestando a votação de projetos de lei que violam a soberania da Constituinte. A proposta, do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) visa a impedir a votação do projeto de lei de autoria do Executivo que altera as regras da organização sindical, das negociações trabalhistas e do direito de greve. O motivo, conforme explicou o deputado a este jornal, é o fato de que os constituintes estão discutindo a melhor solução para o País nesta área.

Segundo Carvalho, iniciativa semelhante foi tomada quando o governo enviou ao Congresso, no ano passado, outra proposta de nova lei de greve, de autoria do ministro Almir Pazianotto, do Trabalho. "Co-

mo o governo desistiu de levar adiante o projeto, nós também paramos", explicou. A medida está sendo retomada agora e, segundo ele, está prevista no artigo 57 do regimento interno da Constituinte.

A oposição, no entanto, não é feita a todo o projeto. Segundo o deputado, são positivos como se definem a forma de organização sindical e o fim do imposto sindical obrigatório, que garantem a independência e a representatividade dos sindicatos. São problemas, segundo ele, o pluralismo sindical incluído no projeto, que é conflitante com a unicidade acertada até agora pelos constituintes. Augusto Carvalho, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, diz que a proposta do governo é "pseudoliberal", na medida em que cria um ritual de negociação e decretação de greve praticamente impossível de ser obedecido.